

RIACHUELO

LOJAS RIACHUELO S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 33.200.056/0001-49

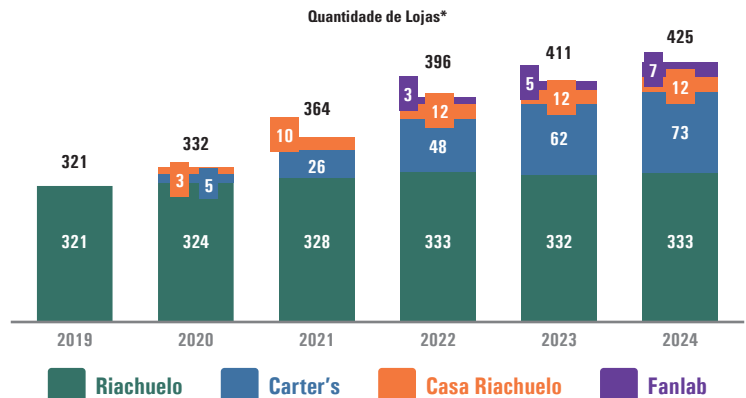
Rua Lemos Monteiro, nº 120, Andar 15 - Parte dos Andares 16, 17 e 18 - Edifício Pinheiros One
Butantã, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05501-050

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A receita líquida de mercadorias totalizou R\$7,2 bilhões em 2024, crescimento de 12,1% em relação ao ano anterior. No conceito mesmas lojas (SSS), houve aumento de 11,3% vs. 2023, demonstrando a forte aceitação das coleções por nossos clientes ao longo do ano. Mantivemos ganhos de market share, com desempenho de vendas superior ao PMC de Vestuário (IBGE) de 2024.

QUANTIDADE DE LOJAS

Em linha com a nossa estratégia de expansão, inauguramos 16 lojas durante o ano de 2024, sendo 12 Carter's, 1 Riachuelo e 3 FanLab. Também tivemos alguns encerramentos pontuais, como parte do fluxo regular de ajuste de portfólio da Companhia. Dessa forma, atingimos 425 lojas ao final do ano, estrategicamente distribuídas em todas as regiões do Brasil, das quais 333 são lojas do Riachuelo, 73 Carter's, 12 Casa Riachuelo e 7 FanLab. Além disso, possuímos outras lojas no modelo *store in store* (SIS), sendo 13 Casa Riachuelo SIS e 2 Carter's SIS.



* Não inclui as lojas no modelo *store in store* (SIS)

Senhores Acionistas,
A Lojas Riachuelo S.A. apresenta a seguir o seu Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Este relatório é complementar às Demonstrações Financeiras da Companhia, que foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

DESEMPENHO DE MERCADORIAS

VENDAS

O desempenho do segmento de Mercadorias abaixo está apresentado a partir da visão de rede de lojas, que considera:

- (i) Riachuelo: suas marcas próprias, produtos Carter's e produtos de moda casa vendidos nas lojas Riachuelo, além do canal digital;
- (ii) Casa Riachuelo e Carter's: considera os produtos vendidos em suas respectivas lojas físicas (incluindo lojas SIS).

	2024	2023	24 vs 23
Desempenho de Vendas (R\$ Mil)			
Mercadorias	7.219.010	6.441.345	12,1%
Riachuelo	6.861.732	6.151.134	11,6%
Casa Riachuelo	117.730	100.015	17,7%
CARTER'S	239.548	190.197	25,9%
SSS	11,3%	2,8%	8,5 p.p.
Dados Operacionais			
Quantidade de lojas	425	411	3,4%
Área de vendas em mil m²	705	702	0,4%
Receita líquida por m² (R\$ por m²)	10.262	9.205	11,5%
Ticket médio total (R\$)	203	199	2,0%
Ticket médio do cartão Riachuelo (R\$)	250	250	0,0%

ATIVO	Nota	BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)		2024		2023	
		2024	2023	2024	2023		
Passivo e Patrimônio Líquido							
Circulante							
Fornecedores	14	858.453	943.523	858.453	943.523	858.453	943.523
Fornecedores - "Antecipação"	14.1	176.908	128.043	176.908	128.043	176.908	128.043
Depósitos e recursos de aceites cambiais	15	-	196.081	-	196.081	-	446.509
Empréstimos e financiamentos	21	-	325.204	-	325.204	-	438.028
Debêntures	21	52.423	5.227	52.423	5.227	52.423	5.227
Passivo de Arrendamento	22	324.732	301.254	324.732	301.254	324.732	301.254
Salários e encargos sociais	17	324.861	281.823	324.861	281.823	324.861	281.823
Tributos a recolher	16	223.853	173.967	241.616	190.774	241.616	190.774
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	12.449	-	12.449	-
Partes relacionadas	34	34.535	22.429	2.579	1.721	2.579	1.721
Dividendos propostos	26	28.763	13.613	28.763	13.613	28.763	13.613
Aluguéis variáveis a pagar	-	26.369	22.878	26.369	22.878	26.369	22.878
Obrigações com administradoras de cartões	18	-	2.662.054	-	2.662.054	-	2.360.151
Outros passivos circulantes	19	271.608	228.908	424.760	348.224	424.760	348.224
Total do passivo		2.332.505	2.126.665	5.718.088	5.528.529	5.718.088	5.528.529
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	697.227	830.355	-	830.355
Debêntures	21	99.354	298.052	99.354	298.052	99.354	298.052
Passivo de Arrendamento	22	742.340	795.694	742.340	795.694	742.340	795.694
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	23	75.469	57.109	120.793	95.229	120.793	95.229
Outros passivos não circulantes	19	-	-	121.794	152.371	-	152.371
Total do passivo		917.163	1.150.855	1.781.508	2.171.701	1.781.508	2.171.701
Patrimônio líquido	26						
Capital social		3.986.600	3.986.600	3.986.600	3.986.600	3.986.600	3.986.600
Reservas de lucros		1.016.792	1.044.446	1.016.792	1.044.446	1.016.792	1.044.446
Ajuste de avaliação patrimonial		(33)	(56)	(33)	(56)	(33)	(56)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		5.003.359	5.030.990	5.003.359	5.030.990	5.003.359	5.030.990
Participação não controladora	26e	-	-	125	119	-	119
Total do patrimônio líquido		5.003.359	5.030.990	5.003.484	5.031.108	5.003.484	5.031.108
Total do passivo e patrimônio líquido		8.253.027	8.308.510	12.503.080	12.731.338	12.503.080	12.731.338

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos				
Em 31 de dezembro de 2022	3.986.600	126.785	1.042.034	(263)	5.155.157	116	5.155.273
Prejuízo do exercício	-	-	-	(121.453)	(121.453)	-	(121.453)
Ajuste avaliação patrimonial	26 e	-	-	207	(2.921)	-	(2.714)
Absorção do lucro	26 d	-	(124.374)	-	124.374	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	3.986.600	126.785	917.660	(56)	5.030.990	119	5.031.108
Lucro do exercício	-	-	-	-	121.109	-	121.109
Constituição da Reserva legal	-	-	6.056	-	(6.056)	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	26 e	-	-	23	-	7	30
Dividendos Propostos	-	-	-	(28.763)	(28.763)	-	(28.763)
Dividendos Intermediários	26 c	-	(120.000)	-	(120.000)	-	(120.000)
Absorção do lucro	26 d	-	-	-	(86.290)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	3.986.600	132.841	883.950	(33)	5.003.359	125	5.003.484

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Riachuelo S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e suas Controladas (conjuntamente, "o Grupo") é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e é Controlada integral da Guararapes Confecções S.A. ("Guararapes"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Natal, Estado de Rio Grande do Norte, listada na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão sob o código GUAR3. O Grupo tem como atividades principais: Venda de confeções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos por meio de uma cadeia de pontos de varejo (lojas e e-commerce). Parte de suas vendas no varejo são financiadas pela sua financeira própria, através de suas operações com conta digital, cartões Private Label e Bandeirantes, além da concessão de empréstimos pessoais a esses mesmos clientes. A Companhia opera com uma rede de 425 (411 em 31 de dezembro de 2023) lojas presentes em todo território nacional e de suas plataformas de e-commerce. A Companhia também atua na operação de Marketplace, intermediando a venda de outras marcas (sellers) dentro de suas plataformas digitais e opera com exclusividade a marca Carter's no Brasil pelo prazo de dez anos, conforme contrato celebrado em 2020. Em setembro de 2024 a Companhia lançou sua loja oficial FANLAB no Mercado Livre, um dos mais importantes marketplaces do Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Alta Administração, em 25 de março de 2025.

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024

Redução da Dívida Líquida: Em 2024, além da amortização das dívidas conforme cronograma de vencimento, também houve antecipação por meio de compra de 150.000 títulos emitidos das debêntures simples em circulação da quarta emissão (ativo RCHL014) pela Companhia, conforme NE 21. **Reforma Tributária sobre o Consumo:** Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma Tributária sobre o consumo. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 18 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o I.P.T. e o ICMS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição do 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de Conformidade: Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. **3.2. Declaração de Relevância:** Aplicamos a Orientação Técnica OPCPC 7 e a Resolução 152/22, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. **3.3. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. **3.4. Moeda Funcional e de Apresentação:** Apresentamos as demonstrações financeiras em Reais (R\$), moeda funcional do Grupo com saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário. Para a controlada do exterior (Riachuelo Shanghai), que atua em ambiente econômico estável, as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal e os ativos e passivos pela taxa de fechamento. Os itens do patrimônio líquido são mantidos pela taxa histórica em todos os cenários.

3.5. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos: Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, são ajustados ao valor presente, em base exponencial "pro rata" com base na taxa de CDI. **3.6. Políticas Contábeis:** Aplicamos de modo consistente as políticas contábeis materiais nos exercícios apresentados nas notas explicativas. **3.7. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes da revisão das estimativas contábeis são reconhecidos no exercício da avaliação. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis do Grupo com saldos arredondados para o milhar mais próximo, são as seguintes:

- **Perdas estimadas em crédito** - NE 9;
- **Perdas estimadas em estoques** - NE 10;
- **Determinação da vida útil e Avaliação de impairment do ativo imobilizado** - NE 12;
- **Mensuração dos arrendamentos** - NE 22;
- **Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, passivos e ativos contábeis** - NE 23;
- **Realização do imposto de renda e contribuição social** - NE 24;
- **3.8. Consolidação:** A Companhia consolidou todas as entidades sob as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas, incluídas na consolidação, estão descritas na Nota 5. **3.9. Alterações às IFRS e Novas Interpretações:** Apresentamos a seguir as normas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e a norma que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e são aplicáveis para o negócio da Companhia e suas Controladas. **3.9.1. IFRSS Novas e Alteradas em Vigor no Exercício Corrente:** 1. Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Classificação de passivos como circulantes e não circulantes. Visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as empresas a determinarem se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação antecipada devem ser classificados como circulantes ou não circulantes. Avaliamos os impactos da emenda, e a classificação e a liquidação dos empréstimos e financiamentos atuais refletem as condições contratuais, não havendo risco de quebra do covenants (NE 21), portanto a adoção da norma não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. 2. Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos: a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). A adoção da norma não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras, visto que não há operações desta natureza no Grupo. 3. Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 - Acordos de financiamento de fornecedores: a alteração traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. As divulgações exigidas estão na NE 19 e a sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.9.2. IFRSS Novas e Revisadas Emitidas e Ajudas não Aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 1. Norma IFRS 16/CPC26 (R1) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Visa promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financeiro; ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA) e (ii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. 2. Alterações às IAS 21/CPC 02 - O Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade: As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. Não se espera que a seguinte e alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. 3. Norma IFRS 9 e IFRS 7 / CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros; Evidenciando, para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas às instituições finan-

ceiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. 4. Norma IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. A norma é aplicável para as demonstrações financeiras anuais, estamos aperfeiçoando os requisitos de divulgação (NE 4.1e) para atendimento conforme prazo definido na mesma. A norma é mandatória a partir de 1º de janeiro de 2026. 5. Norma IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima: Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. No primeiro ano de adoção as entidades podem apresentar os requisitos do IFRS S1 apenas ao que se refere às divulgações de informações relacionadas ao clima, avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma. A norma é mandatória a partir de 1º de janeiro de 2026. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais no patrimônio líquido consolidado.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Fatores de Risco: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos: operacionais, financeiros (incluindo risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito) e riscos associados ao meio ambiente e sociedade. O programa de gestão de riscos concentra-se na imprevisibilidade e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Executiva e tesouraria corporativa, que identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. As análises de sensibilidade aqui apresentadas estão de acordo com o IFRS 7/CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros - Evidenciação, aprovado pela Resolução CVM nº 121 de 03/06/2022. **(a) Risco Operacional:** O risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões gerenciais e de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Administração é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da organização e de suas controladas e coligadas; e (ii) buscar eficiência de custos. **(b) Risco de Mercado: (i) Risco Cambial:** O risco cambial do Grupo provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional não é adotado nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando, apesar dos volumes transacionados, o rápido giro relacionado ao curto prazo de pagamento, que reduz os riscos de aumentos da variação cambial. **(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia e suas controladas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado. Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira, adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento temporário dos saldos a receber. As estimativas para perdas de créditos esperadas, bem como a política contábil estão descritas conforme NE 9. Administração não espera nenhuma perda relevante decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já estimado. **(d) Risco de liquidez:** A Administração para atender às previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para monitorar às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - como por exemplo, restrição de moeda. Em virtude da dinâmica de seu negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo, que investe em contas bancárias com incidência de rendimentos, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Conforme descrito abaixo:

Nota n°	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de Caixa	7	599.857	79.204	1.154.361
Títulos e valores mobiliários	8	203.385	620.569	314.010
Ativos		803.242	699.773	1.468.371

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados, inclusive com projeção dos valores a pagar no longo prazo:

Operação	Nota n°	Valor Contábil	Controladora - 2024		Total
----------	---------	----------------	---------------------	--	-------

RIACHUELO

LOJAS RIACHUELO S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 33.200.056/0001-49
Rua Lemos Monteiro, nº 120, Andar 15 - Parte dos Andares 16, 17 e 18 – Edifício Pinheiros One
Butantã, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05501-050

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. INVESTIMENTO EM CONTROLADA
Política Contábil: Os investimentos nas empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. As empresas controladas incluídas na consolidação são: **• Riachuelo Participações Ltda.** ("RIAP"), possuindo 99,99% das cotas, cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais empresas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A RIAP, por sua vez, detém 99,99% de participação societária na Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Midway Financeira). **• A Midway Financeira** tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamento aos consumidores dos produtos e serviços da Companhia, buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações. **• Riachuelo Shanghai Consulting CO LTD.**, controlado com 100% de participação, e que tem como finalidade intermediar as operações de importação de produtos para as empresas do grupo.

A movimentação dos investimentos nas empresas controladas está apresentada a seguir:

	Riachuelo Participações Ltda	Riachuelo Shanghai	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.162.579	8.706	1.171.285
Equivalência patrimonial	22.632	(775)	21.857
Varição cambial ativa	-	688	688
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(2.714)	-	(2.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.182.497	8.619	1.191.116
Equivalência patrimonial	172.047	782	172.829
Distribuição de Dividendos	(100.000)	-	(100.000)
Varição cambial ativa	-	549	549
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	37	-	37
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.254.576	9.950	1.264.526

Em Maio de 2024, a Companhia recebeu dividendos, distribuídos da reserva de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023, de sua controlada Indireta Midway Financeira no montante de R\$ 99.990.

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Companhia é composta como segue:

	Controladora	2024	2023
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial			
Lucro (prejuízo) do exercício (Riachuelo Participações)	(172.047)	(22.632)	1.154.361
Prejuízo do exercício (Riachuelo Shanghai)	783	(775)	-
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	(171.264)	(23.407)	1.154.361
Equivalência patrimonial	(171.264)	(23.407)	-

As movimentações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Controladora	2024	2023
Saldo no início do exercício		1.191.116	1.171.285
Participação no resultado		73.410	19.831
Saldo no fim do exercício		1.264.526	1.191.116

As principais informações da controlada indireta Midway Financeira são como segue:

	Controladora	2024	2023
Conta			
Ativo total		6.323.830	6.522.121
Passivo circulante e não circulante		5.069.134	5.339.518
Patrimônio líquido		1.254.696	1.182.603
Lucro (prejuízo) do exercício		172.047	22.632

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Política Contábil: Ativos Financeiros: O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado são aqueles que possuem pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, cuja a Companhia tem o objetivo de recebimento de fluxo de caixa contratual, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros. Compreendem substancialmente "Caixa e equivalentes de caixa", "Títulos e valores mobiliários" e "Contas a receber de clientes" (Notas 07, 08 e 09). Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem títulos e valores mobiliários da controlada indireta Midway Financeira, compostos por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Foram cotados a valor justo no nível 2, conforme NE 4.3. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são apresentados no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes" no exercício em que ocorrem. **Passivos Financeiros:** Todos os passivos financeiros do Grupo são reconhecidos inicialmente pelo custo amortizado, isto é, usando o método da taxa efetiva de juros de cada contrato. **• Impairment de ativos financeiros.** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. No exercício final em 31 de dezembro de 2024, exceto às provisões apontadas nas Notas 09, não foram identificadas evidências de perdas significativas não recuperáveis na Companhia e nas suas Controladas. **• Instrumentos financeiros por categoria.** A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorre em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos e não possuem contratos com instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, considera que os instrumentos financeiros registrados pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

	Controladora	Consolidado
Nota nº	2024	2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos e valores mobiliários (a)	8	313.158
Ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	7	599.857
Títulos e valores mobiliários	8	203.385
Contas a receber de clientes	9	847.207
		1.650.449
		1.711.496
		6.563.524
		6.656.744
		6.563.524

	Controladora	Consolidado
Nota nº	2024	2023
Passivos financeiros		
Passivos ao custo amortizado		
Financiamentos	20	-
Fornecedores	14	1.035.361
Debitantes	21	151.777
Depósitos e recursos de aceites cambiais	15	-
Passivo de arrendamento	22	1.077.072
Obrigações com administradores de cartões	18	-
		2.264.210
		2.476.793
		6.144.776
		6.551.836

O saldo da rubrica "Empréstimos e Financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado e taxas contratuais (Nota 20), portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício no relatório está próximo do seu valor justo.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil: Compreendem os saldos de caixa, todos os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa ou em um prazo original igual ou inferior a 90 dias. As aplicações financeiras são registradas ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento de cada período do relatório, que são reconhecidos como ganho ou perda no resultado e não excedem o seu valor de mercado ou de liquidação. O caixa da Companhia é aplicado em Títulos da Midway Financeira, que são letras de câmbio com rentabilidade de 115% do CDI CETIP e em compromissos de bancos de primeira linha com uma rentabilidade de 99,1% do CDI CETIP. O caixa da Midway Financeira é aplicado em Títulos Públicos Federais indexados à SELIC (LTNs) e operações comprometidas com instituições AAA.

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
Caixa	3.083	2.681
Bancos conta-movimento	596.774	76.523
	599.857	79.204

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Política Contábil: Os títulos e valores mobiliários são mensurados ao custo amortizado, suas variações são reconhecidas como ganho ou perda no resultado, e possuem vencimentos superiores a 90 dias da data de contratação. As Letras financeiras do tesouro - LFT, pertencem a carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira e são compostas por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), que são reconhecidos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e estão divulgados na NE 4.3. O valor justo desses ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(a) Composição do Saldo

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
Aplicação		
CDI (b)	99,85% - 100,33%	
LF (ii)	100%	
	203.385	620.569
	314.010	700.368

(i) A redução no saldo das aplicações em Certificados de depósitos bancários - CDB, deve-se à antecipação de debêntures, conforme NE 21.

(ii) Na controladora, trata-se de uma Letra financeira subordinada, emitida pela controlada indireta Midway Financeira em 30 de maio de 2023 pelo valor de R\$ 200.000, taxa de juros fixa de 4% ao ano, mais 100% do CDI, com amortização de juros semestral, sendo resgatada em 30 de maio de 2028 e 2029, e em 30 de novembro de 2029. Ressalvada a hipótese de recompra, as letras terão prazo indeterminado. Tal valor foi totalmente eliminado na consolidação das demonstrações financeiras.

No consolidado, aplicação em Letras financeiras do tesouro nacional - LFT da controlada indireta Midway Financeira.

(b) Mapa de Movimentação do Saldo

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
Saldo inicial	620.569	700.368
Aplicação	(386.675)	731.210
Resgate	(30.529)	(701.252)
Resultados abrangentes	-	23
Juros/NTM	16	12.192
	203.385	620.569
	314.010	700.368

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 133, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2023), foram eliminadas na consolidação das informações financeiras, uma vez que as aplicações são efetuadas na controlada indireta Midway Financeira.

9. CONTAS A RECEBER

Política Contábil: As "contas a receber" correspondem aos valores a receber de cartão de crédito e empréstimo pessoal no curso normal das atividades do Grupo, em linha com a IFRS 9/CPIC 48 Instrumentos Financeiros. Na Controladora, referem-se a valores a receber da controlada indireta Midway Financeira. São o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. As "contas a receber" são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros subtrai da provisão para perdas de crédito esperadas. No caso da Companhia, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo, cartão Midway e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a Administração julgar que esses ajustes apresentem um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo. No caso da Controlada indireta Midway Financeira, as operações vendidas após 59 (cinquenta e nove) dias serão reconhecidas no resultado somente quando houver o efetivo recebimento dos valores vencidos. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado. **Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Estimativa para perdas de crédito esperadas: A Administração avalia periodicamente as estimativas e as perdas esperadas para perdas de crédito esperadas, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, as estimativas de renegociações, incluindo expectativa de recebimento e descontos para os clientes, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de estimativa aos clientes devedores.

• Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira: Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes. A transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021 em 01 de janeiro de 2025, acarretará melhores estimativas, um aumento não superior a 0,5% do patrimônio líquido da controlada indireta Midway Financeira, seguido dos efeitos fiscais. Os impactos da transição e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(a) Composição do Saldo

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
Cartão de crédito Riachuelo	517.082	696.136
Crédito pessoal	-	686.672
Cartão de crédito de terceiros	332.158	300.723
Outros valores a receber	5.035	57.312
A.V.P. - Contas a Receber (-)	(7.068)	(6.218)
	847.207	1.011.683
	1.011.683	6.100.440
	5.095.153	5.864.735

No exercício final em 2024, a Companhia realizou a antecipação de recebíveis de cartão de crédito de terceiros no valor total de R\$ 2.026.503 (R\$ 1.809.199 em 31 de dezembro de 2023) transação que gerou uma despesa financeira de R\$ 32.604 (R\$ 23.138 em 31 de dezembro de 2023) conforme NE 30. No exercício final em 2024, a Companhia também realizou a antecipação de recebíveis com sua controlada indireta Midway Financeira, no valor total de R\$ 896.729 (R\$ 5.536 em 31 de dezembro de 2023), transação que gerou uma despesa financeira de R\$ 24.096 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2023) que é eliminada na consolidação.

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
Saldo inicial	620.569	700.368
Aplicação	(386.675)	731.210
Resgate	(30.529)	(701.252)
Resultados abrangentes	-	23
Juros/NTM	16	12.192
	203.385	620.569
	314.010	700.368

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 133, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2023), foram eliminadas na consolidação das informações financeiras, uma vez que as aplicações são efetuadas na controlada indireta Midway Financeira.

10. ESTOQUES

Política Contábil: Os estoques, incluindo os itens de armazenado e embalagens, são avaliados ao custo médio de aquisição ou importação, mensurados pelo menor valor resultante entre a comparação do custo e do valor de mercado, incluindo-se os itens de armazenado e embalagens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em caso de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. **Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Estimativa para perdas de inventário: A estimativa para perdas dos estoques é feita com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e dos centros de distribuição, além de considerar produtos com giro lento ou não vendíveis.

(a) Composição do Saldo

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
Mercedárias para revenda	1.183.353	1.036.360
Materiais de embalagens e outros	21.527	28.335
Importação em andamento	66.195	59.350
Estimativa para perdas nos estoques	(68.285)	(64.330)
	1.202.790	1.059.715

O valor da estimativa para perdas no estoque refere-se às prováveis perdas de inventário, conforme movimentação descrita a seguir:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.183.353	1.036.360
Constituições	(29.128)	(30.543)
Baixa da estimativa por utilização	30.543	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(64.330)	(64.330)
Constituições	(71.592)	-
Baixa da estimativa por utilização	67.637	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(68.285)	(68.285)

Considerando os índices atuais de estoques, incluindo as estimativas relacionadas, a Administração entende que não há nenhum impacto significativo que exija qualquer alteração das práticas adotadas.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Política Contábil: Tratam-se de impostos a recuperar, registrados no ativo da Companhia conforme movimentação descrita a seguir:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - ativo imobilizado	43.605	36.101
ICMS a compensar	36.417	33.384
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicação financeira (**)	58.088	50.184
PIS e COFINS (**)	393.553	589.926
INSS a recuperar	19.364	19.364
Outros	149.266	150.490
	700.293	879.449
	573.557	567.721
	126.736	311.728
	700.293	879.449

Circulante: **573.557** / **567.721** / **580.481** / **591.335**

Non circulante: **126.736** / **311.728** / **126.736** / **311.728**

Nota 2024: **700.293** / **879.449** / **707.217** / **903.663**

(*) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, bem como créditos na área previdenciária a serem compensados nos exercícios seguintes.

(**) Referem-se a créditos "ordinários" de PIS e COFINS da Companhia (ex: insumos, energia elétrica, aluguel, etc).

12. IMOBILIZAÇÃO

Política Contábil: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens. As instalações e benfeitorias nas unidades locais da Companhia são depreciadas pelo prazo de locação ou pelo tempo de vida útil econômica dos bens, dos dois o menor. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2024	2023
Veículos	3	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2	50
Edifícios	5	4
Móveis, utensílios e equipamentos	10	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Administração da Companhia e de suas controladas concluiu que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data de formação e/ou reforma, e, ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representam adequamento o tempo de vida útil econômica esperada para os bens do ativo. **Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** **• Impairment de ativos não financeiros:** A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os bens do ativo imobilizado e intangível, com base em avaliações de especialistas internos, com o objetivo de identificar: i) Possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados; e ii) Alterações na forma de uso e manutenção que possam afetar a vida útil dos seus bens do ativo imobilizado e intangível. Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). Na Companhia, cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. No exercício final em 31 de dezembro de 2024, a Administração submeteu suas unidades geradoras de caixa a análise para avaliação de existência de indicadores de *impairment* e não identificou nenhum valor relevante que apresentasse a necessidade de seu reconhecimento em resultado. A Companhia realiza seus projetos futuros com base nas suas expectativas de receitas e despesas, considerando os efeitos inflacionários de cada exercício, trazidos a valor justo com base na sua taxa interna de retorno em base nominal. A Administração observa que o trabalho de acompanhamento e controle das despesas que vem realizando ao longo dos últimos anos continua contribuindo para que essas unidades geradoras de caixa mantenham a sua capacidade de retorno sobre seus investimentos. Além disso, com a implantação da omnicanalidade pela Companhia, que disponibiliza para o cliente em suas plataformas digitais o estoque de qualquer ponto de venda, permite que as lojas operem como pequenos centros de distribuição, trazendo mais lucratividade para essas unidades, já antecipando a necessidade do consumidor do futuro, que procura cada vez mais praticidade e agilidade para satisfazer as suas necessidades.

• Vida útil do imobilizado: A Administração revisa, no mínimo anualmente, a vida útil estimada dos seus ativos imobilizados, com o auxílio dos engenheiros da Companhia.

(a) Composição e Mapa de Movimentação de saldo:

...continuação

RIACHUELO

LOJAS RIACHUELO S.A. E CONTROLADAS
 CNPJ 33.200.056/0001-49
 Rua Lemos Monteiro, nº 120, Andar 15 - Parte dos Andares 16, 17 e 18 – Edifício Pinheiros One
 Butantã, São Paulo, SP Brasil, CEP 05501-050

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política Contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Moeda Nacional	Controladora e Consolidado
Financiamento	Taxa de juros nominal Nota Empresa Vencimento
	2024 2023

Certificados de depósitos interfinanceiros	101,95% CDI	(a)	Midway financeira	Até 2025	138.488	245.088
Certificados de depósitos bancários	106,00% a 130,00% CDI	(b)	Midway financeira	2025 a 2029	893.943	1.023.295
					1.022.431	1.268.383
Circulante					325.204	438.028
Não-circulante					697.227	830.355
					1.022.431	1.268.383

(a) Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI realizado pela Midway Financeira para Capital de Giro, adquiridos do Banco Itaú Unibanco.
 (b) Aplicações de clientes em CDB por intermédio da XP Investimentos, Banco BTG, Itaú e Midway.
 A movimentação dos empréstimos adquiridos nos últimos anos pelo Grupo está representada abaixo:

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.041.784	1.048.037
Captações	2.221.150	148.037
Amortização de principal	(141.436)	144.713
Pagamento de juros	(30.194)	125.508
Provisão de juros	176.079	116.529
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.268.383	1.452.818
Captações	56.291	453.989
Amortização de principal	(325.762)	148.037
Pagamento de juros	(116.663)	116.529
Provisão de juros	141.182	116.529
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.022.431	1.268.383

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	2024	2023
2026	313.152	283.278
2027	283.278	91.272
2028	91.272	9.415
2029	9.415	697.227

21. DEBÊNTURES

Política Contábil: As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos das debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Composição do Saldo:

Moeda Nacional	Títulos emitidos	Série	Taxa de Juros Nominal	Emissão	Vencimento	Controladora e Consolidado	
Emissor						2024 2023	
Riachuelo - RCHL014	300.000	Única	100,00% a a do CDI +2,35% Custos a apropriar	07/11/2022	07/11/2027	152.776 305.914 (998) (2.637)	
						151.778	303.277
						52.423	5.227
						99.354	298.052
						151.777	303.279

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas:

	Controladora e Consolidado	
	2024 2023	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	308.634	297.363
Juros	67.684	-
Transferências	(689)	689
Pagamento de juros	(70.402)	-
Pagamento de principal	(300.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.227	298.052
Juros	28.292	1.638
Transferências	200.336	(200.336)
Pagamento de juros	(31.432)	-
Pagamento de principal	(150.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.423	99.354

Em 10 de maio de 2024, a Companhia recomprou 150.000 títulos emitidos das debêntures simples em circulação da quarta emissão (ativo RCHL014), não convertíveis em ações, série única, da espécie quinquagráfica com garantia adicional fiduciária, pelo montante de R\$ 152.222, transação que gerou uma despesa financeira de R\$ 2.636.

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	2024	2023
2026	313.152	283.278
2027	283.278	91.272
2028	91.272	9.415
2029	9.415	697.227

Covenants: Manter o índice financeiro igual ou inferior a 3,0 (três inteiros). I. "Índice Financeiro" significa o índice correspondente à razão entre Dividas Líquidas da Emissora e EBITDA Ajustado da Emissora a ser verificado anualmente pelo Agente Fiduciário, a partir das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora (conforme definido abaixo) relativas ao 4º (quarto) trimestre do exercício fiscal de 2024; II. "Divida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário, incluindo das operações de hedge (swap); (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dividas de terceiros; subtraído do somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e III. "EBITDA ajustado" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 156/2022, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, "Incentivo Fiscal de IR", considerando que a Emissora opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao "Incentivo Fiscal de IR" contribui para a geração bruta de caixa da Emissora, já que não representa uma saída de caixa. O Índice financeiro apurado em 31 de dezembro de 2024 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Guararapes foi de 0,3. As principais cláusulas não financeiras estão relacionadas a descumprimentos de obrigações não pecuniárias e de sentenças administrativas; qualquer ato por pessoa que descaracterize ou anule a escritura das debêntures; mudança adversa reallocate; bloqueios judiciais e governamentais; não cumprimento da legislação socioambiental; infração à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo e crime contra o meio ambiente; qualquer não renovação ou cancelamento de licenças que prejudiquem a operação; não cumprimento às leis aplicadas sobre corrupção e atos ilícitos contra a administração pública.

22. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Política Contábil: A Companhia adota o CPC 06 (R2) (IFRS 16) para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua Controladora Guararapes. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a Companhia optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que por reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não representando exercícios anteriores. As demais controladas não são arrendatárias em contratos de arrendamento. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: (a) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamento); (b) pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou taxa; (c) pagamentos de multa por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (b) quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (c) qualquer custos diretos iniciais. Na adoção inicial, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: (i) Utilização de taxa incremental de empréstimo, sendo taxas nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo; (ii) Contratos inferiores de 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável que não seja dependente de índices ou taxas; e (iii) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a Companhia considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo. I - Contratos Enquadrados no CPC 06 (R2) (IFRS 16): No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 281 contratos referidos a 278 lojas, sede administrativa e centros logísticos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um total de 272 contratos (referente a 271 lojas, sede administrativa e centros logísticos). Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis por contrato, a Companhia se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo, cujo a taxa média por contrato no exercício fechou em 10,47%. As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	849.902
Depreciação acumulada	(210.245)
Adições	380.736
Remensuração (**)	(11.599)
Baixas	(4.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.004.455
Depreciação acumulada	(238.622)
Adições (*)	126.057
Remensuração (**)	74.682
Baixas	(1.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	964.848

b) Movimentação do Passivo de Arrendamento:

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	945.221
Juros incorridos	81.628
Pagamentos	(289.699)
Adições (*)	380.736
Remensuração (**)	(11.599)
Baixas	(4.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.101.948
Juros incorridos	114.101
Pagamentos	(336.517)
Adições (*)	126.057
Remensuração (**)	74.682
Baixas	(1.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.077.072

(*) Referem-se a renovações de contratos de 2023 e exercícios anteriores, que a Administração considerou que não são materiais quantitativamente e qualitativamente para realização de representação dos valores comparativos, corrigindo o saldo de maneira prospectiva, considerando o saldo residual dos contratos.
 (**) Remensurações referentes a atualização de taxas contratuais.

	2024	2023
Circulante	334.732	306.254
Não circulante	742.340	795.694
	1.077.072	1.101.948

c) Cronograma de Vencimento do Passivo de Arrendamento:

Vencimento	2024	2023
2026	334.732	229.213
2027	193.336	193.336
2028	154.519	154.519
2029	112.638	112.638
Demais anos	52.634	52.634
	1.077.072	1.077.072

d) Crédito de PIS e COFINS: A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao IFRS 16/CPC 06 (R2) em ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores totais desses impostos, considerando o saldo dos contratos na adoção e o seu ajuste a valor presente no consolidado:

	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	1.077.072
PIS e COFINS potencial (9,25%)	99.629

e) Informações Adicionais: Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a Companhia optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos, a serem descontados considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Companhia considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados.

Esta forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento às áreas técnicas da CVM, conforme Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

	Taxa Média a.a.	2024	2023
Direito de Uso			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)	10,47%	964.849	1.004.455
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	10,47%	1.064.366	1.310.482
Passivo de Arrendamento			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)	10,47%	1.077.072	1.101.948
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		1.045.905	1.294.461
Despesa Financeira			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		114.101	81.628
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		28.970	85.885
Despesa de Depreciação			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		238.826	210.245
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		42.442	163.181

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um total de 117 (117) contratos em 31 de dezembro de 2023) contratos de locação de lojas com características de composição de valor variável pagas a terceiros, cujo montante permaneceu na despesa com aluguéis operacionais somando o total de R\$ 114.746 (R\$ 133.807 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos relacionados com estes contratos de aluguel variável, com base na projeção de venda futura da controladora, estão indicados abaixo:

Vencimento	2024	2023
2025	151.194	148.037
2026	148.037	144.713
2027	144.713	91.272
2028	91.272	9.415
2029	9.415	697.227
Demais anos	697.227	1.268.383

Adicionalmente, a Companhia possui 47 contratos de locação pagos a controladora Guararapes Confeções, detalhados na NE 34.

23. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Política Contábil: As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigação como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor justo dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Demais obrigações que tenham como classificação a perda provável são apenas descritas em notas explicativas, sem o respectivo reconhecimento na contabilidade e remota não são necessariamente descritas, conforme norma contábil aplicada. **Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito abaixo. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas. **(a) Composição do Saldo:** A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerável suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora	Consolidado
	2024 2023	2024 2023
Provisão por natureza		
Tributários	42.361	28.632
Trabalhista	30.637	25.665
Cíveis	2.471	19.560
	75.469	57.109

(b) Mapa de Movimentação do Saldo

	2023	Constituição	Liquidação	Reversão	Juros e encargos	Controladora	
						2024 2023	
Tributários	28.632	27.866	(5.596)	(4.880)	339	42.361	
Trabalhistas	25.665	30.101	(11.942)	(13.187)	-	30.637	
Cíveis	2.812	2.304	(1.884)	(781)	-	2.471	
	57.109	56.271	(19.422)	(18.628)	339	75.469	
		2023	Constituição	Liquidação	Reversão	Juros e encargos	Controlado
Tributários	28.201	3.968	(814)	(3.952)	1.329	28.632	
Trabalhistas	24.653	20.036	(8.380)	(10.644)	-	25.665	
Cíveis	3.818	6.034	(2.208)	(4.832)	-	2.812	
	56.672	30.038	(11.502)	(19.428)	1.329	57.109	

(c) Provisões de Natureza Cível e Trabalhista: Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbais rescisões, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes. A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados. Abaixo demonstramos as Provisões de natureza cível e trabalhista por Empresa:

	2024	2023
Provisão de natureza trabalhista e cível	45.324	38.120
Midway Financeira	33.108	28.477
Lojas Riachuelo	78.432	66.597

(d) Provisões de Natureza Fiscal

	2024	2023
Provisão de natureza fiscal	42.361	28.632

(e) Processos Administrativos e Judiciais Não Provisonados: A Companhia possui processos tributários para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível, portanto não provisoados, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do IFRS.

	Controladora	Consolidado
	2024 2023	2024 2023
Processos da natureza Fiscal	846.417	627.572
	846.417	627.572

Apresentamos abaixo a abertura dos processos de natureza fiscal não provisoados por Empresa:

RIACHUELO

LOJAS RIACHUELO S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 33.200.056/0001-49

Rua Lemos Monteiro, nº 120, Andar 15 - Parte dos Andares 16, 17 e 18 - Edifício Pinheiros One
Butantã, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05501-050

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS, SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Política Contábil: Custos dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados: Referem-se aos custos de aquisição de mercadorias ou diretamente relacionados aos serviços prestados, sempre registrados ao mesmo tempo em que são incorridas as receitas, utilizando o mesmo regime de competência. **Despesas com Vendas:** Referem-se aos gastos diretamente relacionados à realização das vendas de produtos e serviços das empresas do Grupo, reconhecidos pelo regime de competência, sempre em detrimento do reconhecimento da receita. **Despesas Gerais e Administrativas:** Referem-se aos demais gastos do Grupo, reconhecidos pelo regime de competência, sempre em detrimento do reconhecimento da receita.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compra de mercadoria para revenda	(3.873.010)	(3.548.332)	(3.873.010)	(3.548.332)
Custo das operações com cartão	-	-	(404.371)	(361.078)
Pessoal	(1.567.622)	(1.434.056)	(1.635.066)	(1.474.590)
Ocupação	(372.602)	(402.195)	(372.602)	(402.195)
Serviços Públicos	(136.160)	(130.414)	(136.160)	(130.414)
Serviços de Terceiros (b)	(383.579)	(334.509)	(459.997)	(415.677)
Estimativa para perda de crédito esperada (a)	-	-	(1.005.287)	(1.189.470)
Propaganda	(135.580)	(105.323)	(135.580)	(105.323)
Depreciação e amortização	(580.905)	(527.553)	(787.630)	(720.425)
Outras	(127.220)	(80.226)	(304.090)	(299.072)
A.V.P. - Contas a pagar (-)	34.548	21.820	34.548	21.820
	(7.142.130)	(6.540.788)	(9.079.245)	(8.624.846)

Classificadas como mercadorias vendidas	(3.873.010)	(3.548.332)	(3.873.010)	(3.548.332)
Custo das operações com cartão	-	-	(404.371)	(361.078)
Despesas com vendas	(2.540.819)	(2.314.757)	(3.540.621)	(3.574.062)
Despesas gerais e administrativas	(728.301)	(677.699)	(1.261.243)	(1.141.374)
	(7.142.130)	(6.540.788)	(9.079.245)	(8.624.846)

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve uma diminuição na Estimativa para perdas de crédito esperadas, que reflete maior eficiência na gestão da carteira de crédito e redução da inadimplência.
- (b) A variação em serviços de terceiros refere-se substancialmente ao aumento na despesa de frete.

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Política Contábil: Referem-se às demais receitas e despesas que não estão diretamente relacionadas a principal operação das empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita com aluguel	2.910	2.499	485	506
Recuperação de tributos	9.738	4.549	10.302	13.879
Programa de Incentivos (a)	-	-	17.000	17.000
Resultado de outras vendas (b)	-	-	(2.198)	-
Ganho (perda) com alienação de imobilizado	540	(3.814)	540	(3.814)
Despesas com produtos e Serviços financeiros (c)	-	-	(31.753)	-
Baixa de Ativo (d)	(18.188)	-	(18.188)	-
Outras	12.179	6.607	23.016	13.155
Outros resultados operacionais líquidos	7.179	9.841	(796)	40.726

- (a) Refere-se ao reconhecimento da receita de "Sign-on bonus" da controlada indireta Midway Financeira, no contrato de Aliança estratégica com a Bandeira Mastercard, conforme NE 19.
- (b) Refere-se à venda da carteira da controlada indireta Midway Financeira 2024.
- (c) Refere-se às despesas da controlada indireta Midway Financeira em programas de parceria com a Companhia.
- (d) Refere-se à baixa de ativos de contas a receber por perdas em operações de cartão de crédito na Companhia, no montante de R\$ 18.188.

30. RESULTADO FINANCEIRO

Política Contábil: A receita financeira e a despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, decorrentes de ganhos ou gastos de operações classificadas como financeiras. Conceitualmente os ganhos classificados como resultado financeiro não compõe a base de cálculo do Ebitda.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Correção monetária	20.298	28.659	20.298	28.659
Rendimentos de aplicações financeiras	57.779	78.287	147.373	218.046
Descontos obtidos (a)	23.856	443	23.856	443
Variação cambial Ativa	9.566	8.338	9.566	8.338
Outras receitas financeiras	(1.864)	(2.414)	(1.744)	(2.027)
A.V.P. Contas a receber	16.251	10.538	16.251	10.538
	125.886	123.851	215.600	263.997
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e Debêntures (b)	(60.223)	(97.640)	(202.067)	(351.232)
Juros sobre passivo de arrendamento	(138.197)	(81.748)	(138.197)	(81.748)
Variação cambial passiva (c)	(62.754)	(12.764)	(62.754)	(12.764)
Outras despesas financeiras	(1.257)	(2.411)	(14.734)	(28.897)
A.V.P. Contas a pagar	(30.752)	(15.523)	(48.252)	(15.523)
	(293.183)	(210.866)	(448.504)	(490.164)

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia obteve um desconto financeiro de R\$ 233.110, pela antecipação no pagamento da importância de R\$ 878.750, para a Controladora Guararapes Confeções, conforme NE 14.
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve uma redução tanto nos rendimentos de títulos e valores mobiliários, quanto na despesa de juros sobre empréstimo, financiamento e debêntures, isto porque, desde 2023 a Companhia e sua Controladora Guararapes Confeções vem trabalhando na redução seu endividamento.
- (c) A partir do segundo semestre de 2023, com os incentivos de importação de Itajaí - SC, a Companhia voltou a fazer importação direta de mercadorias, processo que desde o início de 2022 era feito via *trading*, consequentemente houve um aumento ao pagamento de fornecedores internacionais, além do aumento no câmbio.

31. RESULTADO POR AÇÃO

(a) **Básico:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia. (b) **Diluído:** O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Considerando que no caso da Companhia não há ações nessa situação, o resultado básico por ação é igual ao resultado líquido diluído por ação e o cálculo pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	2024	2023
Numerador básico e diluído		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício para os acionistas - R\$	121.109	(121.453)
Denominador básico e diluído		
Ações disponíveis - mil	1.488.225	1.488.225
Média ponderada das ações disponíveis	1.488.225	1.488.225
Lucro (Prejuízo) líquido por ação básico e diluído - R\$	0,08138	-0,08161

DIRETORIA EXECUTIVA				CONTADORA			
André Michel Farber Diretor Presidente	Luis Miguel Ferreira Cafruni Diretor	Andelaney Carvalho Dos Santos Diretor	João Pedro Fernandes De Castro Braga Diretor	Ana Carolina Garcia Guimarães Pedrosa Diretora	Graziella Di Battista D'Enfeldt Diretora	Ana Paula de Freitas Barra Contadora - CRC - ISP 253317/0-5	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os Administradores e Acionistas

Lojas Riachuelo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lojas Riachuelo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Lojas Riachuelo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações essenciais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Riachuelo S.A. e da Lojas Riachuelo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com os mais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Estimativa para perdas de crédito esperadas (Nota 9)

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem estimativas para perdas de créditos esperadas no montante de R\$ 1.005.287 mil (R\$ 1.189.470 mil em 31 de dezembro de 2023). Estas perdas provisionadas estão principalmente relacionadas às contas a receber em atraso na controlada Midway Financeira S.A., que realiza a gestão da carteira de recebíveis da Companhia e oferece cartões de crédito próprios e empréstimos pessoais a seus consumidores. Consideramos que esse foi um dos principais assuntos de auditoria uma vez se tratar de uma estimativa contábil crítica da administração, sujeita a incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar a perda de crédito esperada, tais como a consideração de riscos específicos da carteira, conjuntura econômica, e estimativa de renegociações, além da análise de histórico de perdas com base no perfil dos clientes, que podem gerar ajustes materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento dos critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da estimativa para perdas de crédito esperadas e análise sobre a aderência das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas com as práticas contábeis aplicáveis; (b) Análise da conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica do contas a receber preparada pela administração; (c) Análise comparativa da estimativa de perda esperada calculada e o histórico de perda incorrida nas transações da Companhia; (d) Avaliação sobre a metodologia de cálculo utilizada pela administração por meio de recálculo independente e com o apoio de nossos especialistas em modelagem financeira. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota 24)

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem impostos de renda e contribuição social diferidos ativos nos montantes de R\$ 685.737 mil (R\$ 667.012 mil em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 990.652 mil (R\$ 993.850 mil em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, que são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A análise de recuperabilidade desses créditos é baseada em projeção de geração de lucros tributáveis futuros, envolvendo, assim, julgamento significativo da administração em relação a essas projeções. Esta foi uma das áreas de foco de nossa auditoria pois o valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, além da estimativa envolvendo o momento da realização desses tributos e a magnitude dos valores envolvidos. Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento do processo de revisão e aprovação do plano de negócios que é utilizado para estimar a realização futura do imposto de renda e contribuição social diferidos; (b) Avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento e comparação com dados históricos; (c) Avaliação sobre a metodologia de cálculo utilizada e a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções; (d) Análise, com o suporte de nossos especialistas tributários, na avaliação das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias; (e) Leitura das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, considerando os requerimentos dos pronunciamentos contábeis correspondentes. Nossos

procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis, e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Conciliações de saldos e processos relacionados à tesouraria

Tendo em vista o processo operacional da Companhia e considerando o volume significativo de transações de tesouraria relacionadas ao seu negócio, a estrutura operacional de tesouraria requer um sistema de controles internos e processos capazes de permitir, à sua administração, pleno monitoramento das operações financeiras diárias para apoio na tomada de decisões, e no suporte ao processo de elaboração de seus relatórios financeiros. Atualmente, esses controles e processos estão em diferentes estágios de maturidade e eficácia e podem, eventualmente, ocasionar procedimento incorreto de informação e resultar na contabilização e apresentação inadequadas das demonstrações financeiras. Esta foi uma área de foco em nossa auditoria em função da relevância e volume de operações transacionadas e uma vez que referidos controles e processos impactam diretamente nos procedimentos planejados para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes, bem como na avaliação sobre riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento dos sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios financeiros, assim como dos principais controles de conciliação de saldos e processos da Administração; (b) Análises de transações, realizados em base de teste, para amostras aumentadas em resposta às deficiências de controles detectados no processo; (c) Testes sobre a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica preparada pela administração; (d) Procedimentos de imprevisibilidade e de revisão dos lançamentos contábeis específicos para risco de exceções de acesso; (e) Obtenção de confirmação externa de saldos junto às instituições financeiras com as quais a Companhia tem relacionamento. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Controles gerais de tecnologia da informação

Tendo em vista o volume significativo de transações operacionais e pelo fato das operações da Companhia e suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria. Esta foi uma área de foco em nossa auditoria em função da relevância e volume de operações transacionadas que impactam diretamente nos procedimentos planejados para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes, bem como na avaliação sobre riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento dos sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios financeiros, assim como dos principais controles de conciliação de saldos e processos da Administração; (b) Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação implementados pela Companhia, para as dimensões e processos relevantes que suportam as operações em escopo de auditoria e preparação das demonstrações financeiras; (c) Acompanhamento das ações planejadas e implementadas pela Administração no aprimoramento do ambiente de controles internos para tecnologia da informação; (d) Avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia; (e) Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para auxílio na execução desses procedimentos. Identificamos deficiências nos controles sobre a dimensão de acesso a programas e dados. No entanto, considerando que nossa abordagem de auditoria planejada não dependia de confiança no ambiente de controles internos, não foi necessário alterar nossa abordagem de auditoria planejada. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arrendamentos (Nota 22)

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem ativos de direito de uso no montante de R\$964.849 mil (R\$ 1.004.455 mil em 31 de dezembro de 2023) e passivos de arrendamento no montante de R\$ 1.077.072 mil (R\$ 1.101.948 mil em 31 de dezembro de 2023), referentes ao registro dos contratos de arrendamentos realizados pela Companhia. Essa foi uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos a partir de contratos com diferentes condições, a utilização de premissas que requerem elevado nível de julgamento, tais como a determinação da taxa de desconto e prazo, bem como a existência de controles manuais e automatizados em diferentes estágios de maturidade que podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto ou incompleto de informações e, consequentemente, resultar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento dos procedimentos e dos critérios adotados pela administração para a inclusão, exclusão ou renovação de contratos, a fim de garantir a completude temporal do seu inventário de contratos, bem como a análise adotada para a categorização dos contratos, com o propósito de segregar os contratos de arrendamento que apresentam cláusulas de pagamento fixo e de pagamento variável; (b) Avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos períodos de contratos, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações, bem como a determinação da taxa de desconto utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (c) Leitura de contratos selecionados a fim de observar a correção dos procedimentos e a acuracidade matemática dos cálculos. Nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria, bem como demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

35. SEGUROS

A Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias. Para as lojas localizadas em imóveis de terceiros, são mantidas seguros contra incêndio, levando em consideração os aspectos dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes. Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio (CDS)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vandalagem	
	fumaça/lucros cessantes	926.197
Filiais	Básica Incêndio (queda de raio, explosão, implosão)	65.198
Mercadorias	Transporte Nacional	100% Segurado
Frota - Própria / Terceiros	Danos materiais, Corporais e Morais terceiros	131 veículos com indenização até 900mil
Responsabilidade Civil Geral	Produtos comercializados, operações, empregador e danos morais	26.650

36. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Política Contábil: De acordo com o plano aprovado em Assembleia, o Grupo optou pela transação de pagamentos baseados em ações liquidadas pela entrega de Instrumentos Patrimoniais, cujo valor justo desses instrumentos foram calculados pelo modelo de precificação *Black&Scholes*, onde a Companhia e suas controladas passam a reconhecer a despesa do custo das ações concedidas a partir de sua outorga até as datas de suas opções, conforme previsto em contrato, onde esses executivos poderão ou não exercer ao direito de compra dessas ações. Após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária em dezembro de 2019, na Controladora Guararapes Confeções, a Companhia adotou, como forma de remuneração de seus principais executivos e de suas controladas direta e indireta, um Plano de Opção de Compra de Ações, dando a oportunidade de se tornarem seus acionistas, buscando uma maior retenção e alinhamento dos interesses destes administradores e empregados com os interesses dos acionistas, sempre com vistas ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia. **a) Características relevantes do plano:** Como características mais relevantes do Plano, pode-se destacar: (i) a outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas; (ii) a gestão do Plano será de responsabilidade do Conselho de Administração; (iii) o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i); (iv) as opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos contratos; (v) se até a data limite o executivo não apresentar o Termo de Exercício de Opção, as opções não exercidas serão automaticamente extintas e sem direito a indenização; (vi) o preço das ações será equivalente à média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 40 pregões na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração e/ou acrescido de juros, conforme taxa determinada pelo Conselho de Administração, ou, ainda, podendo o Conselho de Administração optar por aplicar um desconto de até 10% sobre a referida média a título de estímulo à aquisição das ações; (vii) em casos de término de contrato de trabalho as ações cujo preço não foram exercidas caducarão sem indenização. **b) Outorgas:** As outorgas distribuídas pela Companhia a seus beneficiários foram divididas em 3 lotes, cada um deles sujeitos a um prazo de carência. O preço de exercício para cada opção corresponde à média ponderada por volume das cotações de fechamento de uma ação ordinária da Controladora integral da Companhia, nos pregões na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de um desconto de 1,52% concedido pelo Conselho de Administração conforme limite previsto no Plano. Devido a redução do preço da ação, o Conselho de Administração da Controladora aprovou a mudança do plano de opção para os executivos que ainda permaneciam na Companhia, conforme previsto no IFRS 2/CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, sem nenhum prejuízo a seus colaboradores, cuja opção passou a ser R\$ 10,45 e R\$ 8,31, conforme quadro abaixo. As outorgas distribuídas pela Companhia à seus beneficiários perfazem um total de R\$ 104.832 (10.575.291 em 31 de dezembro de 2023) opções distribuídas em 31 de dezembro de 2024:

Outorga	Data Início Opção	Data Fim Opção	Opções Aprovadas (em milhares)	Valor Justo	Valor da Opção de Compra
01/01/2020	01/01/2023	31/12/2025	4.093	6,74	20,00
01/01/2020	01/01/2023	31/12/2025	2.093	2,14	(*) 10,45
01/06/2021	01/01/2024	31/12/2026	102	2,73	17,44
01/09/2021	01/01/2024	31/12/2026	23	2,73	18,08
01/09/2022	01/01/2024	31/12/2026	198	2,73	8,31
26/07/2023	01/01/2025	31/12/2028	309	5,05	6,53
16/09/2023	01/01/2025	31/12/2028	782	3,79	6,83
22/11/2023	01/01/2025	31/12/2028	331	3,99	5,20
16/01/2024	01/01/2026	31/12/2029	201	4,00	6,30
28/03/2024	01/01/2026	31/12/2029	1.999	4,31	6,44
15/07/2024	01/01/2026	31/12/2029	68	4,74	7,15

(*) Referem-se à aditivos da primeira outorga, onde parte dos contratos sofreram redução no Valor de Opção de compra, de R\$ 20,00 para R\$ 10,45.

c) Movimentação

	Quantidade de ações (em milhares)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.579
Outorgas adicionais	2.129
Outorgas canceladas (*)	(1.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.576
Outorgas adicionais	2.268
Outorgas canceladas	(4.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.105

(*) As outorgas canceladas referem-se a colaboradores desligados.

O resultado consolidado com plano de opção de compra de ações totalizou, em 31 de dezembro de 2024 R\$ 3.528 (-R\$ 6.100 em 31 de dezembro de 2023).

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de Dividendos: Em 05 de Fevereiro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários para a controladora Guararapes Confeções, da reserva de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 100.000, com pagamento efetuado em 07 de Fevereiro de 2025. **Aumento de Capital Social por Reorganização Societária:** Em 28 de Fevereiro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital